

1 ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PLENÁRIA DO COMITÊ DE
2 BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS, realizada nos
3 dias vinte e nove de abril e trinta de abril de dois mil e vinte e dois no formato
4 híbrido, ocorrendo por videoconferência e presencialmente no Hotel Samba, situado
5 na Avenida Atlântica 1260 - Cavaleiros, Macaé–RJ. Ao vigésimo nono dia do mês de
6 março de dois mil e vinte dois as quatorze horas em primeira convocação e as
7 quatorze horas e trinta minutos em segunda convocação, deu-se início a Reunião
8 Extraordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das
9 Ostras com a seguinte relação de presentes na forma presencial: Rodolfo dos Santos
10 Coutinho Coimbra, representante da Prefeitura Municipal de Macaé; Leonardo Silva
11 Fernandes, representante do INEA-SUPMA; Affonso Henrique de Albuquerque,
12 representante da EMATER-RIO; Ramon Pittizer Moreira, representante da Prefeitura
13 Municipal de Nova Friburgo; Raphaela Moreira Ferreira, representante da Marlim
14 Azul Energia S.A.; Hallison Daniel do Carmo Marques, representante da CEDAE;
15 Mauro Sergio Adiala Calixto, representante da Vale Azul Energia; Katia Regina S.
16 Coelho de Albuquerque, representante da Instituição Bioacqua de Promoção de
17 Desenvolvimento Sustentação e Defesa do Meio Ambiente; Laleska Costa de Freitas,
18 representante da Associação Adianto de Promoção Social; Maurício Mussi Molisani,
19 representante da UFRJ, campus Macaé; Camile Fonseca do Espírito Santo,
20 representante do Movimento SOS Praia do Pecado; Leideane Freire da Silva,
21 representante da Associação de Moradores e Amigos de Lumiar (AMA Lumiar);
22 Thayná Fernandes Ribeiro Toledo, representante da Associação Raízes. Participaram
23 através de videoconferência: Eduardo Bini, representante do CECNA; Adiane
24 Conceição de Oliveira, representante da Prefeitura Municipal de Rio das Ostras;
25 Aparecida Vargas, representante da ABRAGEL; Fernando Medina, representante da
26 UTE Norte Fluminense; Gisela Livino de Carvalho, representante do ICMBIO –
27 PARNA Jurubatiba; Juliana Gomes de Paula, representante do SAAE de Rio das
28 Ostras; Maria Inês Paes Ferreira, representante do IFF – Campus Macaé; Otávio José
29 da Costa Martins, representante da BRK Ambiental. Participaram como ouvintes:
30 Alejandra Aguilar (videoconferência); Alessandra Assunção (videoconferência);
31 Bernard Vecci (videoconferência); Eduardo Lanna (videoconferência); Elisangela

32 Sossai (videoconferência); Luiz Constantino (videoconferência); Valeria Docílio
33 (videoconferência); Irene Jorge (videoconferência); Mariana Cavalcante
34 (videoconferência); Moema Versiani (presencial); Tomás Baggio (presencial); Hiego
35 Fellipe (presencial); Thiago Cardoso (presencial); Guilherme Mendes (presencial);
36 Fernando Meirelles (presencial); Virgínia Rego (presencial); Isabela Terece
37 (presencial); Alice Azevedo (presencial); Luciano Mota (presencial); Thaisa
38 Azevedo (presencial); Bruno Volatão (presencial); Felipe Freitas (presencial). Dando
39 continuidade à reunião do dia vinte e nove, ao trigésimo dia do mês de abril de dois
40 mil e vinte dois às nove horas em primeira convocação, e às nove horas e trinta
41 minutos em segunda convocação, deu-se início a Reunião Extraordinária da Plenária
42 do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras com a seguinte
43 relação presentes na forma presencial: Rodolfo dos Santos Coutinho Coimbra,
44 representante da Prefeitura Municipal de Macaé; Leonardo Silva Fernandes,
45 representante do INEA-SUPMA; Affonso Henrique de Albuquerque, representante
46 da EMATER-RIO; Ramon Pittizer Moreira, representante da Prefeitura Municipal de
47 Nova Friburgo; Raphaela Moreira Ferreira, representante da Marlim Azul Energia
48 S.A.; Katia Regina S. Coelho de Albuquerque, representante da Instituição Bioacqua
49 de Promoção de Desenvolvimento Sustentação e Defesa do Meio Ambiente; Laleska
50 Costa de Freitas, representante da Associação Adianto de Promoção Social; Maria
51 Inês Paes Ferreira, representante do IFF – Campus Macaé; Maurício Mussi Molisani,
52 representante da UFRJ, campus Macaé; Camile Fonseca do Espírito Santo,
53 representante do Movimento SOS Praia do Pecado; Leideane Freire da Silva,
54 representante da Associação de Moradores e Amigos de Lumiar (AMA Lumiar);
55 Thayná Fernandes Ribeiro Toledo, representante da Associação Raízes. Participaram
56 através de videoconferência: Eduardo Bini, representante do CECNA; Aparecida
57 Vargas, representante da ABRAGEL; Fernando Medina, representante da UTE Norte
58 Fluminense; Mauro Sergio Adiala Calixto, representante da Vale Azul Energia;
59 Juliana Gomes de Paula, representante do SAAE de Rio das Ostras; Evelyn Raposo
60 da Silva, representante da Prefeitura Municipal de Macaé; Sabrina Dias,
61 representante da Associação Adianto. Participaram como ouvintes: Alejandra
62 Aguilar (videoconferência); Elisangela Sossai (videoconferência); Luiz Constantino

63 (videoconferência); Moema Versiani (presencial); Tomás Baggio (presencial); Hiego
64 Fellipe (presencial); Thiago Cardoso (presencial); Guilherme Mendes (presencial);
65 Fernando Meirelles (presencial); Virgínia Rego (presencial); Isabela Terece
66 (presencial); Alice Azevedo (presencial); Luciano Mota (presencial); Bruno Volatão
67 (presencial); Felipe Freitas (presencial). A pauta foi composta pelo seguinte item: 1)
68 Apresentação e aprovação das Diretrizes para a Revisão do Plano de Recursos
69 Hídricos da RH-VIII. O Sr. Guilherme Mendes iniciou a reunião com **ponto de**
70 **pauta 1** fazendo uma apresentação sobre o que é um Plano de Bacia e o Plano de
71 Bacia da RH VIII. A Sra. Virgínia informou a ocorrência de uma oficina
72 participativa, em 2017, onde foi elaborado o Termo de Referência para contratação
73 dos serviços para a bacia e o Sr. Guilherme Mendes complementou esclarecendo os
74 motivos para realização da Oficina e para a Revisão do Plano de Bacia e quais as
75 estratégias para implementação do Plano de Recursos Hídricos. Durante a
76 apresentação também foi exposto o andamento da implantação do Sistema de
77 informação sobre Recursos Hídricos (SIGA), que se encontra em fase de licitação; do
78 Monitoramento Ambiental e onde estão sendo realizados; das Ações voltadas a
79 adequação do uso do solo às demandas quali-quantitativas de uso de água; do
80 Fomento a regularização ambiental das propriedades rurais; a Áreas prioritárias para
81 conservação e recuperação de águas florestais; dos Mecanismos de Adesão
82 Voluntárias: Selo Azul de sustentabilidade hídrica; do Enquadramento das águas
83 superficiais; dos Planos Municipais de Saneamento Básico: coleta e tratamento de
84 esgotos; da Articulação do Gerenciamento de Recursos Hídricos com o
85 Gerenciamento Costeiro; da Educação Ambiental; das Propostas de intervenções
86 estruturais visando ao controle de cheias; das Propostas de intervenções não
87 estruturais visando a mitigação dos impactos das cheias (NECC); do Resgate e
88 incentivo aos modos de vida e práticas de manejo das populações tradicionais; da
89 Agricultura familiar na perspectiva de transição para agricultura familiar sustentável;
90 do Ordenamento do Turismo. Prosseguindo, o Sr. Fernando Meirelles informou
91 como é construído o MOP, como funciona seu plano e quais os critérios de avaliação
92 de estratégias para definição de táticas efetivas, que será útil para a Construção das
93 Diretrizes para Revisão do Plano de Recursos Hídricos da RH-VII. Foi solicitado

94 pelo Sr. Affonso Henrique a consulta no termo de Referência do MOP da Baía de
95 Ilha Grande, que foi citado pelo Sr. Fernando Meirelles, porém foi sugerido não ser
96 usado o documento como base, mas sim uma lista de diretrizes, sendo
97 complementado pela Sra. Mariana Cavalcante. Seguindo para a Revisão do Plano de
98 Recursos Hídricos foi apresentada a ordem de apresentação das metas e abriu-se para
99 discussão. Iniciou-se a apresentação pela Meta 4: avaliação da implementação do
100 PRH VIII (Análise Crítica), sendo sua primeira atividade a Revisão das Metas e
101 Estratégias de Implementação do PRH Macaé Ostras 2014, foi questionado pela Sra.
102 Mariana Cavalcante questionou se a revisão das estratégias de implementação
103 poderia ser incluída no manual operativo e o Sr. Fernando Meireles esclareceu que
104 caso assim fosse, a elaboração ficaria dificultada e esclareceu o porquê da utilização
105 do MOP. A Sra. Maria Inês informou que o Comitê já aderiu ao Protocolo de
106 Monitoramento e Governança do Observatório de Governança das Águas (OGA) e
107 que a análise de indicadores seria feita por meio deste, em contrapartida foi
108 questionado por um participante questionou se os indicadores do protocolo da OGA
109 são realmente compatíveis com os indicadores do Plano que está sendo construído e
110 ressaltou a importância da atenção nesse ponto. A Sra. Virgínia fez questionamento
111 em relação ao título de Revisão nessa atividade e foi sugerido uma nova redação para
112 esta, que ficou aprovada como “Avaliação do cumprimento das Metas e Estratégias
113 de Implementação do PRH Macaé Ostras 2014”. Foi contestado pelo Sr. Leonardo,
114 assim como por outros participantes, se as duas últimas atividades já estavam
115 incluídas na primeira e a Sra. Maria Inês e a Sra. Aparecida Vargas salientaram que
116 seria necessário uma parte mais técnica nessas atividades. Após discussões as
117 atividades “Análise de indicadores de Governança das Águas” e “Opiniões de
118 membros” foram excluídas, pois já estavam sendo mencionadas na primeira
119 atividade. Seguindo para a Meta 5: Atualização do Plano de Recursos Hídricos,
120 sendo sua primeira atividade a Proposição de Programas e Projetos com
121 estabelecimento de indicadores e metas de curto, médio e longo prazo e medidas
122 emergências, o Sr. Mauro Calixto questionou se já havia uma revisão de metas em
123 outro tópico e foi devidamente esclarecido pelos participantes. Em seguida, o Sr.
124 Leonardo Silva Fernandes sugeriu que o termo proposição seria melhor substituído

125 por revisão, por isso, a atividade ficou aprovada como Revisão de Programas e
126 Projetos com estabelecimentos de indicadores e metas de curto, médio e longo prazo
127 e medidas emergenciais. Prosseguindo para a segunda atividade a Sra. Raphaela
128 Moreira Ferreira salientou que as atividades Definição de metas e estratégias de
129 Implementação dos Programas via Pacto das Águas e Diretrizes para implementação
130 dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos nas bacias já estavam contidos na
131 atividade Atualização do Pacto das Águas (MOP) do PRH Macaé/Ostras (2014) e
132 assim foi aprovado pelos participantes presenciais, já que nesse momento houve
133 queda de internet. A Sra. Mariana Cavalcante sugeriu que fosse acrescentado uma
134 nova meta á respeito da Elaboração do Manual Operativo do Plano de Recursos
135 Hídricos de Macaé, mas em decorrência de problemas com a internet, os
136 participantes presenciais da plenária não tiveram ciência dessa sugestão. Após o
137 retorno da Internet, ficou aprovado a retirada das atividades anteriormente
138 mencionadas pela Sra. Raphaela Moreira Ferreira e as mesmas foram incluídas na
139 atividade Atualização do pacto das Águas (MOP) do PRH Macaé/Ostras (2014).
140 Prosseguiu-se para as demais atividades, sendo a Avaliação do estudo de Segurança
141 Hídrica da RH-VII assim aprovada e em relação a Definição de prioridades de
142 Outorga o Sr. Luiz Constantino esclareceu a importância da junção dessa atividade
143 com as unidades de gestão e a Sra. Aparecia Vargas fez um questionamento se só
144 havia uma unidade de gestão e foi informado pela Sra. Maria Inês que o Plano de
145 Recursos Hídricos divide a Região Hidrográfica em unidades de gestão, mas o Sr.
146 Luiz Constantino salientou que estava mencionando uma atividade da meta 2, a Sra.
147 Mariana Cavalcante, por meio dos comentários da chamada de vídeo esclareceu a
148 dúvida do participante. O Sr. Luiz Constantino ressaltou a importância de estabelecer
149 as unidades prioritárias de gestão relacionadas ou não a OHPs e o junção da
150 atividade Definição de prioridades de gestão com as unidades de gestão. A Sra.
151 Maria Inês solicitou fala e esclareceu que o Comitê não visa apenas as prioridades
152 das unidades de gestão e sim definir prioridades de outorga em todas as OHPs. O Sr.
153 Luiz Constantino explicou a importância de propor unidades especiais de gestão e
154 aplicar as prioridade de outorga nessas áreas. Após esclarecimentos a atividade se
155 manteve inalterada. Prosseguiu-se para a atividade seguinte, Proposta organizacional

156 para implementação do gerenciamento de recursos hídricos nas bacias hidrográficas
157 e foi proposto, pelos participantes presenciais que esse ponto deveria estar contido no
158 MOP. Seguindo para o próximo ponto que aborda o Caderno da revisão do Plano de
159 Recursos Hídricos o Sr. Luiz Constantino informou que o plano de 2014 consistia em
160 relatórios muito densos e obteve pouca apropriação por parte do Comitê e da
161 população e, por isso, foi proposto por ele este ponto para que se tenha uma visão
162 para diferentes públicos e assim todos possam compreender. A Sra. Virgínia
163 questionou a colocação da posição desse ponto e ressaltou que não teria como o
164 material ser voltado para todos os públicos, já que o mesmo possui linguagem
165 técnica. Em seguida o Sr. Leonardo informou que o Caderno deveria ser feito após a
166 conclusão do Plano de Recursos Hídricos e por uma equipe especializada e a
167 realização do plano de comunicação deveria ser realizado durante a execução do
168 plano. Uma participante ressaltou um caderno que foi construído para consulta
169 pública em outras ocorrências, em seguida foi questionada por outra participante se
170 este sendo um documento para subsidiar consulta pública, deveria ser construído
171 durante a elaboração do plano de comunicação e mobilização social, mas os
172 participantes presenciais sanaram sua dúvida. A Sra. Maria Inês ressaltou a
173 importância do caderno e que o mesmo deveria ser chamado de encarte, o que não
174 havia sido antes aceito pelos participantes. Dando continuidade, seguiu-se para a
175 Meta 7: Comunicação e Mobilização Social, onde o Sr. Luiz Constantino informou
176 que o Plano de Comunicação e Mobilização Social deveria se encontrar após o Plano
177 de Trabalho, o mesmo informou que o ponto Reuniões de acompanhamento (Grupo
178 Técnico de Acompanhamento e Plenária) era um rito de aprovação de produto e por
179 isso deveria ser realocado. Em seguida, todas as atividades da meta foram aprovadas.
180 Seguindo para a Meta 8: Atualização do Banco de Dados SIG e a Sra. Moema
181 Versiani comunicou que havia uma Resolução no Conselho Estadual de Recursos
182 Hídricos que estrutura a base de dados de recursos hídricos. Após comunicados, a
183 meta e sua atividade foram aprovadas. Iniciado o segundo dia de reunião, foi feita a
184 revisão da tabela, seguiu-se para a meta 2 Comunicação e Mobilização Social onde,
185 após discussões, foram excluídos os pontos Encontros com as câmaras técnicas do
186 CBH Macaé para discussão do diagnóstico, Encontros com as Câmaras técnicas do

187 CBH Macaé para discussão de soluções e Reuniões de acompanhamento, foi
188 sugerido pela Sra. Maria Inês que estes deveriam ser inclusos nos comentários para
189 que estejam presentes na metodologia. Em seguida o Sr. Mauro Calixto salientou a
190 importância de manter os processos de contratação de serviços com o CILSJ, para
191 melhor organização da reunião e que após o detalhamento do escopo o mesmo deve
192 ser enviado para plenária, para aprovação. Foi proposto uma representação da
193 plenária para elaboração da metodologia. O Sr. Affonso Henrique de Albuquerque
194 explicou como se daria o procedimento para aprovação do Termo de Referência em
195 que a Plenária irá delegar a deliberação para uma comissão redigir o documento, será
196 enviado para o CILSJ para finalizações e, por final, para o GT Plano, onde será
197 verificado se o escopo atende à plenária. A plenária deliberou que o GT Plano possui
198 autonomia para realizar as alterações, ajustes e correções necessárias. Dando
199 continuidade, seguiu-se para a Meta 3: Avaliação da implementação do PRH
200 VIII(Análise Crítica), que havia sido solicitado, no dia anterior que se localizasse no
201 início do documento. Prosseguindo para a Meta 4: Atualização do Diagnóstico, foi
202 solicitado pelos Srs. Rodolfo dos Santos Coutinho Coimbra e Maria Inês Paes
203 Ferreira que a atividade Identificação dos aspectos críticos para o Ordenamento de
204 Usos Múltiplos das Lagoas Costeiras da Região Hidrográfica VIII se mantivesse,
205 mas sem prioridade, em seguida o Sr. Guilherme Mendes explicou que o Plano de
206 Ordenamento de Usos Múltiplos das Lagoas Costeiras da Região Hidrográfica VIII
207 já é previsto na Política Estadual de Recursos Hídricos e por isso a Plenária optou
208 por manter a atividade. O Sr. Luiz Constantino sugeriu que o ponto seja realocado
209 para o ponto final, mas os participantes presenciais da plenária informaram que esse
210 ponto necessita ser mantido, mas a decisão de sua posição será posterior. Na revisão
211 da Meta 5: Atualização do Prognóstico, após a plenária do dia anterior, ficou
212 definido as atividades Atualização dos Cenários Alternativos das Demandas e
213 Ofertas Hídricas e Atualização da Estimativa da Carga Poluidora por Cenário e assim
214 foi aprovada. Seguindo para a Meta 6: Atualização do Plano de Recursos Hídricos
215 que possui as atividades revisão de Programas e Projetos com estabelecimento de
216 indicadores e metas de curto, médio e longo prazo e medidas emergências, Avaliação
217 do estado de Segurança Hídrica da RH-VIII, Atualização da proposta técnica de

218 enquadramento, definição de prioridade de Outorga e Elaboração de encartes do
219 Plano de Recursos Hídricos. O Sr. Rodolfo dos Santos Coutinho Coimbra informou
220 que deveria ser analisado, no Prognóstico, eventos extremos, como secas e
221 enchentes, mas o Sr. Guilherme Mendes explicou que esses eventos já estavam
222 previstos na Atualização de Recursos Hídricos. O Sr. Fernando Meireles esclareceu
223 que a segurança hídrica deveria ser colocada no final das metas e que a meta 6
224 deveria mudar sua redação, pois discordava das suas atividades. Após discussões a
225 atividade Avaliação do estado de Segurança Hídrica da RH VIII por cenários foi
226 realocada para a meta 6. O Sr. Luiz Constatino complementando a fala anterior do
227 Sr. Rodolfo dos Santos Coutinho Coimbra expos que usualmente a avaliação de
228 eventos críticos é feita no diagnóstico e há um plano de gerenciamento de risco á
229 parte do Plano de Recursos Hídricos, mas, apesar disso, podem ainda ocorrer análises
230 de gerenciamento de riscos, em relação a isso, o Sr. Fernando Medina informou que
231 o prognóstico é quantitativo, o que vai de contrário das questões climáticas e, por
232 isso, esse assunto deveria se manter na parte de riscos. Como proposto pelo Sr.
233 Fernando Meireles, a Meta 6 ficou denominada como Atualização das Ações do
234 Plano de Recursos Hídricos. O Sr. Rodolfo dos Santos Coutinho Coimbra salientou a
235 importância da contratar uma empresa que avalie a sustentabilidade financeira da
236 cobrança e foi sugerido que seja incluído como ação no ponto de Diretrizes para
237 Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos, foi informado
238 pelo Sr. Fernando Meireles que essa discussão poderia ser inserida no MOP, porém
239 se encaixaria melhor na Meta 6. Finalizando a Meta 6, foi inserida a atividade
240 Avaliação da Sustentabilidade Financeira da Cobrança pelo Uso dos recursos
241 Hídricos. O Sr. Mauro Calixto esclareceu que a discussão em relação a cobrança já
242 havia sido feita e ressaltou a importância da mesma. O Sr. Leonardo ressaltou a
243 importância de diferenciar o peço da cobrança a partir da tecnologia que o usuário
244 faz uso. Dando sequência ás atividades, seguiu-se para Elaboração de encartes da
245 revisão do Plano de Recursos Hídricos, onde foi questionado pelo Sr. Fernando
246 Meireles a atividade anteriormente mencionada deveria ser transferida para a meta
247 número 2, porém a Sra. Laleska Costa de Freitas esclareceu que o encarte se destina
248 á divulgação de plano de bacia e, por esse motivo deverá ser mantido na posição

249 atual. Somando esclarecimentos, outro participante ressaltou que a comunicação
250 referente à meta 2 se refere ao processo de evolução do plano, já os encartes se
251 referem ao pós plano. Em seguida, o Sr. Fernando Meireles seguiu seus
252 questionamentos explicando que deveria ser discutido sobre uma melhor
253 comunicação do Comitê e que o encarte deveria ser utilizado como instrumento de
254 comunicação e divulgação, complementando a proposta, a Sra. Laleska Costa de
255 Freitas propôs que fossem usados meios digitais para essa divulgação. O Sr. Rodolfo
256 dos Santos Coutinho Coimbra se manifestou dizendo que o encarte não se encaixa na
257 tabela, mas que se o plano de comunicação será atualizado deverá ser colocado como
258 serão tratados, por isso foi proposto pelo membro que a atividade ficasse identificada
259 como Atualização do Plano de Comunicação do Comitê, pois o Plano de
260 Comunicação antigo estará ultrapassado. O Sr. Luiz Constantino esclareceu que o
261 encarte foi dado como substituição dos relatórios síntese gerencial, para que esse seja
262 um produto final a ser entregue ao público e que este não seria diretamente um
263 instrumento de comunicação e em relação ao plano de comunicação, salientou que
264 mesmo pronto poderá ocorrer revisão da comunicação do comitê de bacia, a solução
265 dada por esse membro foi de colocar no Termo de Referência que a empresa
266 contratada deveria ter em seu quadro profissionais da área de comunicação e
267 educação e que essa decisão deverá ser dada ao longo do tempo. O Sr. Fernando
268 Meireles alertou que ao serem feitas audiências públicas, para mobilização do Plano
269 de Bacia, pode-se desestabilizar o produto que foi gerado e que o termo encarte é
270 inadequado e deveria ser retirado do quadro, mas ser colocado como comentário. O
271 Sr. Leonardo ressaltou alguns pontos citados pelo Sr. Fernando Meireles em relação
272 a comunicação e encarte, já que o segundo não deveria ser um produto desse contrato
273 e que vale a contratação de uma empresa específica para construção do documento.
274 A Sra. Thayná Fernandes Ribeiro Toledo questionou se a empresa responsabilizada
275 pela Comunicação do Comitê poderia se responsabilizar pela elaboração dos
276 documentos de divulgação do Plano de Bacia, em resposta uma participante
277 informou que seria necessário um Aditivo de Contrato. A Sra. Virgínia informou que
278 se há o desejo de se fazer uma avaliação do plano, poderia ser inserida uma avaliação
279 do plano de comunicação e se comprometeu na realização de uma oficina para

280 comunicação. A Sra. Maria Aparecida Vargas argumentou que está havendo
281 confusão entre sistema de informação e plano de comunicação, já que o segundo não
282 é instrumento de gestão, diferentemente do primeiro, em seguida a Sra. Maria Inês
283 Paes Ferreira esclareceu que o Comitê, apesar de ter ciência do que foi mencionado,
284 trata a comunicação e educação ambiental como se fossem instrumentos de gestão.
285 Após discussões, a atividade referente ao encarte foi transferida para comentário.
286 Seguiu-se para a Meta 7: Atualização do Banco de Dados SIG, que foi aprovada sem
287 questionamentos. Dando continuidade, prosseguiu-se para a Meta 8: Elaboração do
288 Manual Operativo do Plano de Recursos Hídricos da RH VIII, foi comunicado pelo
289 Sr. Guilherme as alterações nas atividades, conforme solicitações. Em relação a
290 atividade Definição de metas e estratégias de Implementação dos Programas via
291 Pacto das Águas, o Sr. Fernando Meireles indicou que o termo definição deveria ser
292 substituído por validação, pois as metas já estão definidas, sendo necessário apenas
293 sua validação e, assim foi feito. Foi solicitado ao Sr. Luiz Constantino o envio do
294 MOP mencionado pelo Sr. Fernando Meireles e seu Termo de Referência, o mesmo
295 informou que o segundo já havia sido enviado, em seguida a Sra. Maria Aparecida
296 Vargas informou que podem ser consultados outros MOPs e o Sr. Guilherme Mendes
297 esclareceu que esses pontos serão considerados na metodologia. Concluída a
298 elaboração e revisão da tabela, o Sr. Guilherme Mendes indicou que o documento em
299 que a tabela está inserida poderia manter o nome de Diretrizes para Revisão do Plano
300 de Recursos Hídricos da RH-VIII e que o mesmo deveria ser um anexo da minuta da
301 resolução. Um participante esclareceu que é desnecessária a burocracia pois a
302 deliberação se dará pelo GT Plano. Após deliberação da plenária, a tabela de metas e
303 atividades que norteia as Diretrizes para a Revisão do Plano de Recursos Hídricos da
304 RH-VIII foi aprovada. Vale ressaltar que todos os membros da plenária foram de
305 acordo com a proposta de encaminhamento da continuação da construção do
306 documento para GT Plano e sua conclusão a partir de metas e diretrizes que foram
307 definidas na reunião de plenária, complementando o Sr. Mauro Calixto informou que
308 foi delegado pela plenária que o CILSJ irá concluir a elaboração do escopo com base
309 nas diretrizes aprovadas na reunião de plenária que serão submetidas em reunião do
310 GT Plano, para validação final. Em seguida discutiu-se a data para Reunião do GT

311 Plano, onde ocorrerá a finalização do documento, a Sra. Maria Inês instruiu que será
312 necessário que o CILSJ se dê um prazo interno para elaboração e finalização de um
313 documento, sendo o mínimo de uma semana, para que seja marcada a revisão do GT
314 Plano e todos os membros possam fazer a leitura, porém foi mantida a data de 20 de
315 maio de 2022, no horário de 9:00 horas às 12:00 horas, para Reunião do GT Plano,
316 como já havia sido marcado anteriormente, por isso o CILSJ deverá enviar o
317 documento para análise no dia 13 de maio de 2022. Nada mais havendo a tratar, a
318 presente ata foi lavrada por Lara de Almeida Fernandes e assinada pela Diretora
319 Presidente do CBH Macaé, Sra. Katia Regina S. Coelho de Albuquerque.
320

[ORIGINAL ASSINADA]
KATIA REGINA S. COELHO DE ALBUQUERQUE
Diretora Presidente

Ata Aprovada em 03 de junho de 2022